



## **POLICIAIS MILITARES MINEIRAS: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO EFETIVO POLICIAL FEMININO NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

OLIVEIRA, Francisco Malta

*Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros*  
[franciscomalta@gmail.com](mailto:franciscomalta@gmail.com)

FERREIRA, Maria da Luz Alves

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros*  
[mariadaluz@oi.com.br](mailto:mariadaluz@oi.com.br)

363

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo instigar uma reflexão sobre a relação de gênero e trabalho feminino na Polícia Militar de Minas Gerais. Analisa-se a inserção feminina naquela Corporação: um ambiente reconhecido numericamente e historicamente como masculino, buscando compreender a forma de organização daquele espaço a partir da perspectiva das próprias policiais. Aborda-se o trabalho e sua relevância social, conceitualização de gênero em detrimento de suas relações no ambiente policial através da análise comprada de seu efetivo em detrimento dos sexos masculino e feminino, abordando-se, conseqüentemente, a divisão sexual do trabalho e reconhecimento do trabalho policial feminino. Foi possível considerar que as questões ligadas ao reconhecimento do trabalho executado pelas policiais militares apresentam muitas nuances e encontram-se profundamente engendrados na percepção que a própria Corporação tem do trabalho executado por mulheres.

**Palavras-chave:** Gênero. Trabalho Policial Feminino. Divisão Sexual do Trabalho.

### **ABSTRACT**

This paper aims to instigate a reflection on the relationship of gender and women's work in the Military Police of Minas Gerais. It is analyzed that female inclusion Corporation: an environment recognized as numerically and historically male, seeking to understand how to organize that space from the perspective of their own officers. Addresses the work and its social relevance, conceptualization of gender at the expense of their relations in the police environment through analysis of actual purchased at the expense of male and female, is addressing-hence the sexual division of labor and recognition of female police work. It was possible to consider issues related to the recognition of the work performed by military police have many nuances and are deeply engendered the perception that the Corporation itself have the work performed by women.

**Key-words:** Gender. Female Police Work. Sexual Division of Labor.



## Introdução

A inserção, a atuação, a presença e o espaço social da mulher no mercado de trabalho ainda são temas bastante controversos para muitos teóricos, dentre eles os autores clássicos, Beauvoir (1991) e Engels (2010). Dentre os autores contemporâneos, Hirata e Kergoat (2008), Kandel (2006), Macêdo (2003), Pautassi (2007), Saffioti (1976), (2004), (1990), Segnini e Hirata (2007), dentre outros. Esses autores debatem essas questões além de outras questões secundárias aliadas ainda a outras discussões paralelas que complementam os argumentos teóricos: relações de poder e dominação, sólidas concepções inerentes aos imperativos do imaginário coletivo, status, prestígio, hierarquia, dentre outras, sobretudo ao notar-se tal realidade através do viés da segregação sexual do trabalho (Kandel, 2006), (Muniz, 1999), (Soares e Musumeci, 2005).

Vários argumentos corroboram tal perspectiva. Os mais frequentes são os que advogam a causa de que as mulheres ocupam postos de trabalho inferiores aos dos homens, geralmente em função das clássicas representações sociais, aos conceitos que povoam o imaginário coletivo de uma sociedade que relaciona o feminino a um arcabouço simbólico e de imagens que sempre estão ligadas à “considerada essência da feminilidade”.

Um nicho específico é alvo desta pesquisa: o trabalho policial feminino. Percebeu-se que a escassez de pesquisas na área seria motivo suficiente para fomentar o presente estudo, abrangendo os mais diversos aspectos que envolvem a atuação feminina na Polícia Militar de Minas Gerais, uma instituição bicentenária, referência para outras polícias militares brasileiras.

Atualmente, verifica-se a presença feminina em todos os postos e graduações da PMMG e em todas as áreas de atuação, sejam as administrativas ou as operacionais, cujo ingresso ocorrera no início dos anos de 1980, com a publicação do Decreto 21.336, de 20 de maio de 1981 (MINAS GERAIS, 1981). Ademais, foi uma das instituições militares pioneiras na incorporação feminina em seus quadros, cujo fato impactou na estrutura da própria Corporação e continua em constante evolução, seja em função da estabilização dessa força de trabalho, seja em função do desenvolvimento do pensamento estratégico da PMMG (Alves, 2006). Ressalta-se que ainda que a presença feminina naquela Corporação se dê atualmente em todas as posições hierárquicas, seu quantitativo ainda é bastante inferior ao masculino.

Para se definir o foco da pesquisa, verificou-se, conforme exposto por Capelle e Mello (2010) e Soares e Musumeci (2005), que a mão de obra policial-militar feminina tende a ser



empregada sob a ótica de um viés protecionista (ao empregar aquela mão de obra em atividades diversas da atividade operacional de fato que não fossem o combate direto à criminalidade), que também poderia ser compreendido como segregador (ao empregar a mão de obra feminina em atividades popularmente conceituadas como essencialmente femininas) ou inferiorizador (ao subestimar a capacidade laboral policial feminina) aos olhos de outros que não as próprias policiais militares e inevitavelmente, a mulher depara-se com o dilema entre a afirmação e a negação da condição de igual.

O objetivo da pesquisa consistiu em quantificar os efetivos masculino e feminino a analisamos comparativamente, conhecendo-se as atividades que as policiais militares realizam e como elas se identificam enquanto mulheres policiais em situação de minoria em um ambiente historicamente dominado pela presença masculina.

Justifica-se essa pesquisa pela necessidade de se analisar a problemática da atuação e emprego da mão de obra policial militar feminina no âmbito regional, onde a cidade de Montes Claros-MG é sede da 11ª Região da Polícia Militar, uma entre as dezoito áreas geográficas de atuação da Polícia Militar que compõem o Estado de Minas Gerais.

A partir de tal compreensão pretendeu-se apresentar questões, sob os mais diversos matizes, com o intuito de compreender importantes questões inerentes ao conflito “instituição *versus* gênero”, baseadas nas teorias sobre gênero, poder e reconhecimento.

No que tange à metodologia, em função da natureza da problemática levantada, as técnicas de coleta de dados basearam-se em pesquisa bibliográfica e de fonte documental e de pesquisa quantitativa mediante aplicação de questionários semi-estruturados.

O acesso à opinião das policiais militares se deu depois de obter-se acesso à relação nominal das 125 (cento e vinte e cinco) policiais militares que trabalham na área de abrangência da 11ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais, cuja sede é o município de Montes Claros. O convite para que participassem da pesquisa feito através do sistema de comunicação de mensagens internas da PMMG. Naquela ocasião explicou-se o motivo e a relevância da pesquisa. Desta forma, a pesquisa recebeu 61 (sessenta e uma) respostas para um universo de 125 policiais militares.

Contudo, não é intuito desta pesquisa a generalização dos resultados para o universo de análise. Os resultados aplicam-se somente aos sujeitos investigados.

O presente artigo está organizado da seguinte forma:

A primeira seção apresenta uma discussão teórica acerca de trabalho, gênero e reconhecimento do trabalho feminino.



A segunda seção apresenta um panorama sobre a Polícia Militar de Minas Gerais, desde seu surgimento aos dias atuais.

A terceira seção apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada junto às policiais militares.

A última seção apresenta as considerações finais.

## **1. Trabalho, gênero e divisão sexual do trabalho: uma discussão conceitual**

366

O espaço laboral situa-se como um lugar especificamente organizado para a execução das atividades de produção. Assim, a categoria de trabalho é construída por meio de diferentes tipos de ferramentas que buscam levar as pessoas a terem um modo necessário de sobrevivência. Logo, o trabalho reflete tanto a essência da vida humana como sua evolução.

O trabalho é analisado por Engels (1986) sob a ótica do fundamento para a vida humana, e é através dele que o homem vem a construir seus conhecimentos, desenvolve seus utensílios de trabalho e estabelece sua organização social. Engels (1986) afirma que o homem é oriundo do trabalho, ou seja, não haveria desenvolvimento humano sem trabalho.

Karl Marx (1988), na obra “O Capital”, conceitua o trabalho como um processo que se dá entre o homem e a natureza e é através desse trabalho que o homem controla, regula e realiza, por meio de suas ações, um intercâmbio de materiais com a natureza.

Ávila (2012) analisa a concepção marxista de trabalho através do prisma de que a reprodução é abordada somente um viés do processo produtivo, ao passo em que desconsidera o trabalho reprodutivo, cuja realização se dá no âmbito doméstico e elemento essencial para a reprodução social. Deste modo, HIRATA e KERGOAT (1988, p.94) corroboram com a análise ao afirmarem que ainda que a “exploração seja um conceito-chave para o marxismo, base da relação antagônica entre as classes, o mesmo é insuficiente para mostrar a opressão sofrida pelas mulheres”.

O histórico do trabalho desempenhado pelo sexo feminino retrata, desde o princípio da civilização, aspectos marcantes e até os dias de hoje se fazem claramente presentes. Ao se analisar o histórico do trabalho executado pela mão de obra feminina, Saffioti (1976) afirma que desde a antiguidade a mulher desempenhava suas atividades laborais nas mais diversas áreas: lavoura, agricultura, cuidado e educação da prole, atividades domésticas, culinária, tecelagem, dentre outras atividades cujo imaginário coletivo sempre associa à imagem



feminina, já que o núcleo produtivo central era a unidade familiar com a finalidade de subsistência.

A participação laboral da mulher passa a se destacar de maneira inédita quanto mais se aproxima do período que ficaria marcado pela Revolução Industrial. A exploração da mão de obra feminina passa a ser abruptamente incorporada ao cotidiano fabril, num cenário cujo objetivo final era a garantia da subsistência familiar. Nesse contexto, a exploração da mão de obra feminina foi fundamental para a consolidação do capitalismo, por diversas razões, dentre elas o aumento da mão de obra disponível para atender à crescente demanda que se apresentava. Ademais, no bojo das transformações sociais inerentes ao modelo capitalista, a condição feminina fora brutalmente transformada de modo a contribuir econômica e financeiramente no âmbito familiar.

A condição feminina no universo policial, sobretudo policial-militar, caracterizado principalmente pela hierarquização, enaltece o termo conhecido como *divisão sexual de gênero*. A importância do debate sobre a segregação de sexo na esfera laboral é ressaltada por Kandel (2006) ao afirmar que a força de trabalho sexual segregada é produto da própria organização espacial do trabalho, das hierarquias salariais, da promoção e dos status, e, principalmente, pela concentração das mulheres em certos setores do mercado de trabalho e em determinados tipos de emprego. É nesse contexto que a cultura organizacional nas instituições policiais reforça as sólidas concepções do imaginário coletivo que, historicamente, é masculino.

Pode-se verificar que culturalmente, na Corporação, o emprego da mão de obra feminina tende a ser alocada em determinadas atividades tipicamente consideradas como próprias daquele gênero, tais como teleatendimento, secretariado, relações públicas, patrulha de prevenção à violência doméstica, atividades educativas realizadas em escolas, campanhas institucionais, dentre outras, cujo fato traz à tona a análise do emprego feminino: ao lhe serem atribuídas tais atividades, há o reconhecimento do trabalho feminino ou pelo contrário, há a segregação de gênero pelo fato de a policial militar ser vista como incapaz de executar os trabalhos que são dominados pelo gênero masculino?

O próprio meio policial, historicamente masculinizado, impõe à presença feminina a definição de seu lugar social, poupando-a da atividade policial de fato.

Tais cuidados em relação à colega mulher reforçam as noções a respeito de sua fragilidade, bem como a sensação de força dos colegas homens, que se colocam como seus protetores. Essa relação é o que, especialmente nas



atividades desempenhadas na rua, justifica que se classifique as mulheres como um estorvo, por aumentarem a carga de trabalho dos colegas homens. Quanto ao suposto desempenho superior das mulheres na área do trabalho documental, ao ser naturalizado, não contribui para valorizá-las. (HAGEN, 2006, p.07)

Para a contextualização da variante feminina do fator “trabalho”, faz-se necessário abordar o conceito de “gênero”, que alude à referência social do sujeito masculino ou feminino. Nessa perspectiva, a historiadora Joan Scott (1988), estabelece sua discussão para o termo “gênero” sob diferentes pontos de vista relacionados às correntes teóricas, além de ressaltar a sua relevância para produção de pesquisas históricas que associem a categoria “gênero” ao limbo valorativo das linhas teóricas de patriarcado, marxismo e psicanálise, através da explicação para a situação de subordinação da mulher e a dominação dos homens.

Ademais, faz-se necessário notar como se dá a interação entre o masculino e o feminino, de fato: relações gênero e relações sociais são mutáveis, complementares. Depreende-se assim, que as relações sociais de gênero são tão conflitivas quanto as demais relações sociais.

Os imperativos masculinos acabam sendo a tônica que orienta os processos de trabalho organizacionais policiais-militares, e, devido ao peso que exerce, perpetuado através da cultura presente e característica do espaço laboral. O viés machista acaba por subjugar e estigmatizar, relegando o produto laboral das mulheres a um plano inferior, subordinado aos imperativos masculinos.

Nesta perspectiva, a discussão acerca das questões presentes na relação “instituição *versus* gênero” faz-se necessária para a compreensão dos desafios com os quais o grupo feminino se depara num ambiente onde o gênero masculino perfaz a esmagadora maioria de seu efetivo. A predominância masculina e sua exclusividade por mais de dois séculos nos quadros da instituição determina a reprodução da cultura institucional alicerçada na supremacia masculina. Consequentemente, a presença feminina esbarra nos entraves que comprometem seu sentido de pertencimento àquele espaço social.

## **2 A Polícia Militar de Minas Gerais**

A constituição dos corpos ou forças policiais surge em função da concepção dos estados nacionais modernos. As referências históricas que abordam a origem da Polícia Militar de Minas Gerais são bastante escassas, mas convergem sempre no mesmo propósito: a salvaguarda das riquezas a serem enviadas à Coroa portuguesa.





De acordo com Marco Filho (2005), a origem da Corporação remete à primeira década do século XVIII, quando a Carta Régia de 09 de novembro de 1709 instituiu a criação da Capitania de Minas Gerais e São Paulo. Naquela época, a organização militar brasileira era bastante incipiente. Em virtude da exploração aurífera, vários levantes ocorreram no território mineiro, e para garantir o que o recolhimento do “quinto” de todo o ouro extraído fosse enviado com segurança à Coroa portuguesa, D. João V, então rei de Portugal, enviou ao Brasil um Contingente de Dragões.

Contudo, por motivos diversos, tal organização militar não estava mais atendendo aos anseios dos dirigentes da Coroa e fora dissolvido e substituída pelo Regimento Regular de Cavalaria. E deste modo, no século XVIII, estrutura-se na Capitania das Minas Gerais o Regimento Regular de Cavalaria, a mais notória organização de “força pública” militarmente organizada, em 09 de junho de 1775, conforme historiado por Silva Neto (1995). Desta forma, conforme Marco Filho (2005), o Regimento Regular de Cavalaria responsabilizava-se por atividades de cunho policial (impedimento do contrabando aurífero e escolta desse minério ao Rio de Janeiro) e militar (mobilização do Regimento para o Rio de Janeiro e outros estados do País, por diversas vezes).

No bojo das transformações ocorridas em consequência do desenvolvimento capitalista, destacando-se nesse cenário, Inglaterra e França, conforme pontuado por Cotta (2006), que caracteriza a polícia moderna por um corpo profissional “uniformizado, armado, equipado e com a responsabilidade de patrulhar as cidades, prevenindo e reprimindo os atos considerados antissociais”, que independe do Exército e é separado das instituições judiciárias.

Ademais, a história da Polícia Militar de Minas Gerais é reforçada pela ideia e pela presença mítica do alferes, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em suas fileiras, cuja imagem é associada ao Regimento de Dragões por atrelar-se diretamente à Inconfidência Mineira.

A Corporação, como toda organização militar, baseia sua conduta em dois pilares básicos: hierarquia e disciplina e seu efetivo atual na ativa é de aproximadamente 50.000 membros.

Deste modo faz-se uma contextualização história da polícia militar mineira, uma das maiores forças policiais brasileiras, tanto em área de abrangência como em número de efetivo, cuja missão é a promoção da segurança pública através da polícia ostensiva, com respeito aos direitos humanos e participação social em Minas Gerais. (MINAS GERAIS, 2010)



Para Calazans (2003), o ingresso feminino no ambiente laboral policial-militar encontra sustentação ao ser ilustrado pela pretensão do discurso de que atualmente buscam-se outros valores mais favoráveis com o contexto social atual, como inteligência, a capacidade para intermédio na resolução de conflitos, a inovação e o trabalho em equipe. Desta forma, conflitam novas situações em que a força física não é fundamental. Um exemplo é a mediação em situações potencialmente violentas e conflitivas, atendimento a coletivos que exigem tratamento diferenciado (minorias e grupos vulneráveis em situação de vitimização) e demandas não-criminais.

Cotta (2006) assevera que a presença feminina no efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais é bastante recente e ocorreu devido à necessidade de melhor atendimento a dois grupos em situação de vulnerabilidade social: menores abandonados ou em conflito com a lei e mulheres criminosas ou envolvidas em ilícitos penais.

Somente em 20 de maio de 1981, quando da entrada em vigor do Decreto 21.336, foram abertas as portas de uma instituição bicentenária para que a mão de obra feminina pudesse ali desempenhar suas atividades. (MINAS GERAIS, 1981)

Na década seguinte, com a sanção da Lei 11.099, de 18 de maio de 1993 (MINAS GERAIS, 1993), houve a fixação em 5% das vagas nos certames externos para o ingresso feminino.

Nos anos 2000, o efetivo foi fixado até o ano de 2010 através da Lei 16.678, de 10 de janeiro de 2007, em 51.669 (cinquenta e um mil seiscientos e sessenta e nove) militares e ampliou a quantitativo definido para o ingresso feminino, estabelecendo para 10% do total de vagas ofertadas militares do sexo feminino tanto nos Quadros de Oficiais, de Oficiais Complementares como de Praças, sem limite para os demais quadros (MINAS GERAIS, 2007).

A seguir apresenta-se a análise dos dados coletados através da pesquisa realizada junto ao efetivo de policiais femininos da PMMG.

### **3 O trabalho policial feminino na Polícia Militar de Minas Gerais: a realidade segundo as investigadas**

O roteiro de pesquisa fora construído de modo a contemplar as relações de poder e dominação, discriminação, alocação do trabalho feminino e seus critérios de justificação, a imagem social no âmbito institucional atribuída ao reconhecimento, à presença e à qualidade do trabalho feminino, além de possíveis discrepâncias inerentes à cultura organizacional, à





profissão ou à própria Polícia Militar, em função do gênero, que se constitui como uma construção social atribuída aos sexos masculino e feminino.

Apresentam-se, inicialmente, os dados referentes à distribuição comparada do efetivo policial, tanto masculino quanto feminino, em toda a Corporação e no âmbito da 11ª Região da Polícia Militar, cuja sede é a cidade de Montes Claros - MG. Tais ângulos de comparação tiveram o objetivo de ilustrar numericamente o quão distantes encontram-se as presenças masculina e feminina na PMMG. Tais dados serviram para apontar como a predominância masculina no efetivo da PM influencia o trabalho feminino.

Em seguida, expõem-se os dados alusivos às questões de alocação, valorização e reconhecimento do trabalho feminino. Estes dados têm o objetivo de explicitar como as profissionais se percebem como integrantes de uma Instituição bicentenária, que há pouco mais de três décadas permitiu o acesso feminino em seus quadros visando atender aos interesses coletivos de uma sociedade que começava manifestar a necessidade de tratamento igualitário a quem precisasse dos serviços de uma Corporação imbuída da responsabilidade de ser o braço-armado do Estado. Posteriormente, apresentam-se os dados referentes às relações que se estabelecem profissionalmente e em detrimento das relações de gênero. Para se fazer a análise comparada do efetivo total da Polícia Militar de Minas Gerais com o seu efetivo regional, fez-se o levantamento numérico dos dados disponibilizados no Sistema de Recursos Humanos daquela Instituição, disponibilizado na plataforma denominada IntranetPM através de relatórios de efetivo. A análise comparativa teve por objetivo situar a realidade da 11ª Região da Polícia Militar em relação ao cenário estadual, no que se refere aos quantitativos por sexo e por nível hierárquico.

A comparação adotada compreende um recorte regional do efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais, especificamente a 11ª Região da Polícia Militar, cuja sede é o município de Montes Claros, abrange 77 municípios (setenta e sete) em uma área total de 101.032 km<sup>2(1)</sup> e população aproximada de 1.459.662 habitantes<sup>2</sup>.

### **3.1 Caracterização do efetivo feminino**

A distribuição dos efetivos feminino e masculino tanto no âmbito regional como no âmbito estadual visa verificar as discrepâncias entre estas duas esferas macro e micro

---

<sup>1</sup> Fonte: PMMG, 2013.

<sup>2</sup> Fonte: PMMG, 2013.



institucionais. Tais números corroboram para a construção do perfil da presença feminina na PMMG diante da maioria masculina, tanto em números absolutos como em números relativos.

Apesar de a presença feminina atualmente já ter alcançado todos os graus hierárquicos, a presença feminina tem acesso limitado pelas restrições legais, que se aplicam quando do ingresso na Instituição, fixadas em 10% das vagas desde o ano de 2007 (MINAS GERAIS, 2007). Para os concursos internos não há limitação, o que naturalmente, acaba por ser consequência da restrição do acesso inicial, se estendendo aos demais graus hierárquicos em maior ou menor grau.

As tabelas e gráficos a seguir referem-se à caracterização do efetivo masculino e feminino da PMMG, além das questões alusivas às áreas de atuação, satisfação e motivos que as levaram a ingressar na PMMG e pretensões futuras na Corporação.

TABELA 1  
Efetivo total em atividade da PMMG por sexo e nível hierárquico – 2013

Nível hierárquico	Efetivo masculino		Efetivo feminino		Efetivo total
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	
Coronel	39	90,7	4	9,3	43
Tenente-Coronel	196	88,7	25	11,3	221
Major	385	81,2	89	18,8	474
Capitão	601	82,2	130	17,8	731
1º Tenente	720	84,3	134	15,7	854
2º Tenente	726	83,9	139	16,1	865
Cadete/Aluno	112	90,3	12	9,7	124
Subtenente	545	92,7	43	7,3	588
1º Sargento	1793	87,3	259	12,7	2052
2º Sargento	1458	88,7	187	11,3	1645
3º Sargento	7245	92,6	579	7,4	7824
Cabo	10150	93,8	670	6,2	10820
Soldado 1ª Classe	15778	92,0	1363	8,0	17141
Soldado 2ª Classe	43	84,3	8	15,7	51
Total	39791	91,6	3642	8,4	43433

Fonte: PMMG, 14/08/2013.

Pode-se notar que conforme exposto na TAB.1, comparativamente, o efetivo masculino representa 91,6% do efetivo em atividade de toda a Instituição. A graduação onde a discrepância entre a presença masculina e feminina é maior é a de Cabo, com 93,8% de participação masculina. Analisando-se a distribuição feminina, o destaque em números absolutos está no nível de Soldado de 1ª Classe. Quando se analisa os números relativos, destaca-se a maior participação feminina no posto de Major, com frequência relativa de 18,8% e 89 representantes.

TABELA 2



Efetivo feminino total em atividade na PMMG por nível hierárquico – 2013

Nível hierárquico	Efetivo feminino	
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Coronel	4	0,1
Tenente-Coronel	25	0,7
Major	89	2,4
Capitão	130	3,6
1º Tenente	134	3,7
2º Tenente	139	3,8
Aspirante	1	0,0
Cadete/Aluno	12	0,3
Subtenente	43	1,2
1º Sargento	259	7,1
2º Sargento	187	5,1
3º Sargento	579	15,9
Cabo	670	18,4
Soldado 1ª Classe	1363	37,4
Soldado 2ª Classe	8	0,2
Total	3643	100,00

Fonte: PMMG, 14/08/2013.

Procedendo-se a análise isolada de todo o efetivo feminino da PMMG por nível hierárquico sobre seu total, na TAB.2 percebe-se que somente 0,1% do efetivo, ou seja, 4 (quatro) mulheres encontram-se no posto de Coronel.

Naturalmente, o maior quantitativo feminino tanto em números absolutos como relativos, encontra-se no nível de Soldado de 1ª Classe (37,4%). Tal fato deve-se aos sucessivos certames realizados a partir do ano de 2007, que ampliou a oferta de vagas além de dobrar a cota de vagas para os candidatos femininos para 10% do total das vagas ofertadas (MINAS GERAIS, 2007).

A TAB.3, a seguir, apresenta o efetivo de toda a 11ª Região da Polícia Militar em função de sexo e nível hierárquico.

TABELA 3  
Efetivo da ativa no âmbito da 11ª RPM por sexo e nível hierárquico – 2013

Nível hierárquico	Efetivo masculino		Efetivo feminino		Efetivo total
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	
Coronel	1	100	-	-	1
Tenente-Coronel	5	100	-	-	5
Major	9	90	1	10	10
Capitão	18	90	2	10	20
1º Tenente	31	93,9	2	6,1	33
2º Tenente	42	91,3	4	8,7	46
Subtenente	24	100	-	-	24
1º Sargento	93	96,9	3	3,1	96



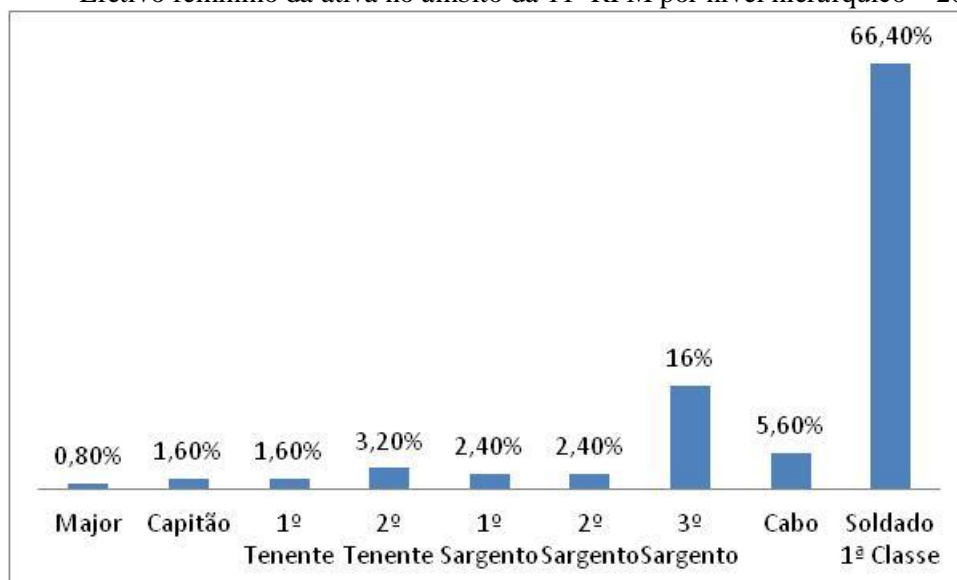
2º Sargento	60	95,2	3	4,8	63
3º Sargento	450	95,7	20	4,3	470
Cabo	465	98,5	7	1,5	472
Soldado 1ª Classe	1038	92,6	83	7,4	1121
Soldado 2ª Classe	5	100	-	-	5
Total	2241		125		2366

Fonte: PMMG, 14/08/2013.

Conforme apresenta a TAB.3, na 11ª Região da Polícia Militar, o posto mais alto onde há participação feminina, é o de Major, mas em proporção bastante inferior se comparado ao efetivo feminino de toda a Polícia Militar de Minas Gerais: 10% ante 18,8%. Destaca-se ainda que este é o posto (Major) que apresenta menor presença feminina, havendo somente uma representante no âmbito da 11ª RPM.

Proporcionalmente, os postos de Major e Capitão são os de maior participação percentual feminina - 10% cada – contudo sensivelmente inferiores quando comparados com toda a Instituição: 18,8% e 17,8%, respectivamente.

**GRÁFICO 1**  
Efetivo feminino da ativa no âmbito da 11ª RPM por nível hierárquico – 2013



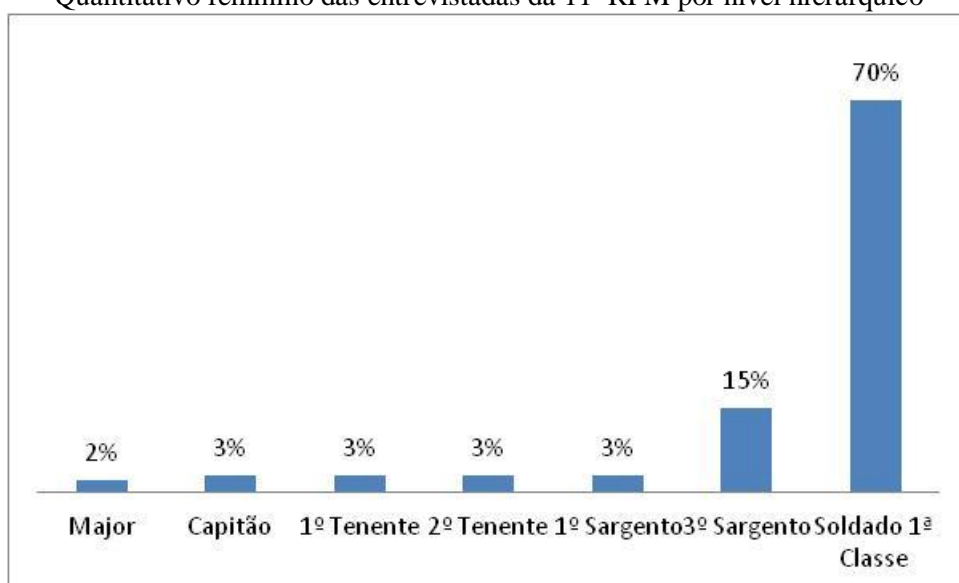
Fonte: PMMG, 14/08/2013.

Ainda no âmbito regional, a maioria de seu efetivo feminino encontra-se na graduação de Soldado de 1ª Classe (66,4%), ante 37,4% do efetivo de toda a Instituição, conforme demonstrado no Gráfico 1. Credita-se tal fato ao grande quantitativo que fora incluído nos certames mais recentes, a partir do ano de 2007, quando da sanção da Lei 16.678, de 10 de



janeiro de 2007, que ampliou o ingresso feminino de 5% para 10% a partir de então (MINAS GERAIS, 2007).

**GRÁFICO 2**  
Quantitativo feminino das entrevistadas da 11ª RPM por nível hierárquico



Fonte: Dados da pesquisa.

No tocante ao grau hierárquico das respondentes, do total de entrevistadas, 70% são Soldados de 1ª Classe, conforme se pode observar no Gráfico 2. Nota-se que não se obteve resposta de nenhuma policial na graduação de Cabo.

**TABELA 4**  
Quantitativo feminino da 11ª RPM por área de atividade

Área de atividade	Efetivo feminino	
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Saúde <sup>3</sup>	11	18
Educação <sup>4</sup>	-	-
Administrativa	25	41
Operacional	22	36,1

<sup>3</sup> Profissionais das áreas de medicina, odontologia, psicologia e enfermagem.

<sup>4</sup> Lotada no Colégio Tiradentes da Polícia Militar.



Operacional especializada (meio ambiente, trânsito rodoviário ou missões especiais)	3	4,9
Total	61	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando à área de atividade desempenhada pelas entrevistadas, 41% responderam atualmente trabalhar na área administrativa (atividade-meio), enquanto 36,1% responderam trabalhar na área operacional (atividade-fim). Atuação em outras áreas soma 22,9%, conforme demonstrado na TAB.4. Quando somados os percentuais das áreas administrativa e saúde (41% e 18%, respectivamente), verifica-se o percentual de 59% de mulheres que não trabalham na atividade-fim da Polícia Militar. Tal fato demonstra que de fato há uma divisão sexual do trabalho, uma tendência organizacional a alocar a mão de obra feminina nas atividades que não sejam as de enfrentamento direto e prevenção à criminalidade.

Para Bourdieu (2002) este fato se configura mediante a visão androcêntrica que se instala como neutra e não percebe a importância de se manifestar de modo capaz de legitimá-la. Ademais, a ordem social atua como um imenso aparato simbólico que tende a confirmar a dominação masculina na qual se estrutura. Ou seja, na divisão sexual do trabalho existe uma distribuição muito estrita das atividades relacionadas a cada um dos sexos, de seu lugar, seu momento e seus instrumentos.

TABELA 5  
Emprego da mão de obra feminina na PMMG segundo as policiais militares

Emprego da mão de obra feminina na PMMG segundo as policiais militares	Efetivo feminino	
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Na administração	54	88,5
Na área operacional	5	8,2
Não sabe / nunca pensou a respeito	2	3,3
Total	61	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo as entrevistadas, 88,5% acreditam que a mão de obra feminina é empregada na administração, conforme a TAB.5. Pode-se analisar tal afirmação pelo viés essencialista que não é exclusivo dos que valorizam a presença feminina, conforme Soares e Musumeci (2005), e que as próprias policiais percebem, mesmo sem terem noção do que isso significa de fato.

TABELA 6  
Como deveria ocorrer o emprego da mão de obra feminina na PMMG segundo as policiais militares

Como deveria ocorrer o emprego da mão de





<b>obra feminina na PMMG segundo as policiais militares</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
De preferência em atividades administrativas	26	42,6
De preferência na área operacional	35	57,4
Total	61	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Curiosamente, quando questionadas sobre como deveria ser o emprego da mão de obra feminina, 57,4% responderam que as policiais militares deveriam desenvolver suas atividades na área operacional, conforme a TAB.6. É nesse questionamento que se situa o dilema no qual se debate acerca da consolidação da imagem da policial feminina: ao conscientizar-se como igual ou diferente da imagem policial masculina – “e no cerne de uma desqualificação implícita, na medida em que as atividades de ‘confronto’ sejam identificadas como ‘verdadeiro trabalho de polícia’”. (SOARES e MUSUMECI, 2005, p.76).

377

TABELA 7  
Atividade policial na qual as pesquisadas preferem de trabalhar

<b>Atividade policial na qual as pesquisadas preferem de trabalhar</b>	<b>Efetivo feminino</b>	
	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
Na administração	15	24,6
Na atividade operacional	31	50,8
Em atividade especializada (saúde, meio ambiente, missões especiais)	15	24,6
Total	61	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A preferência pessoal de cada policial militar também foi alvo de questionamento. Quando questionadas sobre em qual área prefeririam trabalhar na PMMG, 50,8% responderam preferir trabalhar na atividade-fim, enquanto as outras opções de respostas obtiveram 24,6% cada, conforme a TAB.7.

Desta forma, Para Soares e Musumeci (2005), há um receio velado para a alocação da mão de obra feminina, repleto de avaliações contraditórias e pré-julgamentos. As autoras afirmam que na inexistência de um enfoque institucional do lugar feminino, sobressaem o senso comum e critérios subjetivos para a tomada de decisão neste aspecto.

Esta opção de resposta contrasta, curiosamente, com a resposta dada ao questionamento apresentado na TAB.5, onde 88,5% das entrevistadas responderam acreditar que a mão de obra policial feminina é empregada na atividade-meio.



## **Considerações finais**

Por meio da pesquisa, foi possível compreender como e porque se deu o ingresso feminino e como as mulheres se percebem enquanto integrantes dos quadros da Polícia Militar de Minas Gerais, uma organização fundada há 241 anos e que há 33 anos possibilitou o ingresso feminino em suas fileiras.

No início, de modo bastante tímido, acompanhando uma tendência internacional de aproximação das forças policiais com a sociedade para a qual destina o fruto de seus esforços e cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a manutenção da paz social.

Embora a presença feminina atualmente se faça presente em todos os graus da hierarquia policial-militar mineira, a trajetória do caminho a ser trilhado ainda é longa e demorada. Ainda há muito a se avançar, afinal, a presença feminina se julga capaz de executar as mesmas atividades que os homens e quer receber o mesmo tratamento, sem ser subjulgada por sua condição de serem mulheres e minoria, num ambiente, segundo as próprias policiais, ainda hostil à sua presença.

Percebe-se que o ingresso feminino se deu através de legislação e orientação para emprego próprios, e ainda, através de cota para ingresso, ainda vigente, ainda que num percentual maior.

Dentre as discrepâncias funcionais alusivas ao emprego da mão de obra feminina, verificou-se que a PMMG tende a alocá-la em atividades administrativas, apesar de a maioria opinar que prefere trabalhar na atividade-fim, lidando diretamente com o enfrentamento à criminalidade.

Verifica-se que devido a esses fatores a presença feminina ainda não encontrou seu lugar social, mesmo após 33 anos de sua inclusão. Isso ainda levará tempo para que as gerações que ingressaram mais recentemente possam alcançar o topo da hierarquia e contribuir mais efetivamente para a construção de ambiente que oportunize, de fato, condições para as mulheres possam ser empregadas e reconhecidas conforme as habilidades, as capacidades e o conhecimento que possuem, influenciando de modo singular a execução da atividade de polícia que lhes competem a cultura da organização para a qual desempenham suas atividades profissionais.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Livia Neide de Azevedo. **A polícia feminina na Polícia Militar de Minas Gerais: percurso histórico**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2011. 159p.

ÁVILA, Maria Betânia. **Trabalho, desenvolvimento e os impactos na vida cotidiana**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 8ª.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2003.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes . **Mulheres Policiais, Relações de Poder e de Gênero na Polícia Militar de Minas Gerais**. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 11, p. 1-25, 2010.

COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar**. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

———. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 3.ed. São Paulo: Global editora, 1986. 57p.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **O trabalho policial: estudos da policia civil do Estado do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBCCRIM, 2006 (Monografias/IBCCRIM; 39).

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão**. In: BRUSCHINI, ET AL. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro, FGV, 2008.

KANDEL, Ester. **División sexual del trabajo ayer y hoy: Una aproximación al tema**. Buenos Aires, Editorial Dunken, 2006.

MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. **A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Goiânia, 2003.

MARCO FILHO, Luiz de. **História Militar da PMMG**. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação. PMMG, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Editora, 1988.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual 21.336, de 27 de maio de 1981. Cria a Companhia de Polícia Feminina da PMMG e da outras providências**. Diário Oficial do Estado de 30/05/1981. pág. 4.



———. **Lei 11.099, de 18 de maio de 1993: Fixa o efetivo da PMMG e dá outras providências.** Belo Horizonte: Diário Oficial do Estado nº 92, de 19/05/1993. Transcrito no BGPM 092, de 19/05/1992. pp. 002-009.

———. **Lei 16.678, de 10 de janeiro de 2007: fixa o efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais.** Minas Gerais, de 11/01/2007.

———. Polícia Militar. **Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Comando-Geral. 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2010.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. **Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** Tese de doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

PAUTASSI, Laura. **¡Quanto trabajo mujer! El género y las relaciones laborales.** Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Histórico.** Belo Horizonte. 2013. Disponível: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/bpgd/conteudo.action?conteudo=501&tipoConteudo=itemMenu>> Acesso em: 21 fev.2013.

———. Polícia Militar. **Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Comando-Geral. 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

———. **Estudos Sobre Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas.** São Roque. SP: Fundação Carlos Chagas. V.1, Nov/1990.

———. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEGNINI, Liliana (Org.); HIRATA, Helena (Org.). **Organização, trabalho e gênero.** 1ª. Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007. 360 p.

SOARES, Bárbara Musumeci e MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.